

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO - CETREDE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INCLUSÃO DA CRIANÇA
ESPECIAL NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO**

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM POUCO DE SUA
HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

MARIA MARGARIDA RIBEIRO DE LIMA

FORTALEZA-CEARÁ

2003

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

MARIA MARGARIDA RIBEIRO DE LIMA

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM INCLUSÃO DA CRIANÇA ESPECIAL NO
SISTEMA REGULAR DE ENSINO COMO REQUISITO PARCIAL
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE ESPECIALISTA PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA - 2003

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários á obtenção do título de Especialista em Inclusão da Criança Especial no sistema regular de ensino pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas de ética científica.

Maria Margarida Ribeiro de Lima

MONOGRAFIA APROVADA EM _____ / _____ / _____

Professora Doutora Maristela Lage Alencar
Orientadora

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia à minha mãe Maria José Ribeiro de Lima que como professora leiga em Mata de São João, Bahia, me permitiu auxiliá-la na correção das tarefas de seus alunos, cujo incentivo me fez trilhar os caminhos da educação tempos depois.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que ao longo da minha vida tem me iluminado com sua benção na escolha e meta dos meus objetivos.

À Professora Doutora Maristela Lage Alencar, que com a sua orientação precisa me possibilitou concluir este trabalho.

Às minhas amigas, Alvina e Neide que me incentivaram ingressar no campo da Pedagogia.

Ao professor Francisco Sérgio de Vasconcelos Bezerra pelo apoio e compreensão, que ao atender meus pleitos, possibilitou-me realizar este curso de Especialização.

Ao meu marido e ao meu filho pelo estímulo e apoio que me deram na elaboração desta monografia.

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo 1 – A educação de jovens e adultos e seu percurso	10
Capítulo 2 – O que é ser analfabeto em uma sociedade letrada?	16
Capítulo 3 – A inclusão de pessoas com necessidades especiais no Programa de Jovens e Adultos	21
Capítulo 4 – A aprendizagem nas visões docente e docente	29
Capítulo 5 – O papel do professor na construção do conhecimento	33
Capítulo 6 – Analisando a EJA frente a alguns teóricos	36
Considerações finais	45
Bibliografia	48
Anexos	49

INTRODUÇÃO

O tema aqui apresentado, muito tem merecido a atenção de teóricos, estudiosos e educadores que percebem a relevância da “Educação de Jovens e Adultos”, no contexto de nossa sociedade evidentemente letrada. Muitos foram os educadores que se fizeram verdadeiros marcos referenciais para aqueles que ousam empenhar-se em tão arrojado projeto.

Este trabalho tem como suporte a pesquisa bibliográfica, e pretende apresentar algumas das questões que mais se destacam como prioritárias na prática educacional da comunidade de jovens e de adultos. Questões estas, em se tratando da clientela que abrange, conseqüentemente, implicam no processo de desenvolvimento sócio-histórico-cultural de um povo.

Para proporcionar um melhor entendimento do assunto aqui evidenciado, a temática foi dividida em cinco capítulos, com a pretensão de focar e elucidar questões de relevante significado para os que se inserem no complexo campo da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O primeiro capítulo - **A educação de Jovens e Adultos e seu percurso** - apresenta alguns dos objetivos da EJA, enfoca a funcionalidade da leitura e da escrita, como instrumentos mediadores no processo de cidadania dos sujeitos envolvidos, propiciando a integração dos deveres e direitos, como elementos indissociáveis no contexto de desenvolvimento de seus partícipes.

Enfoca-se um breve histórico da educação no Brasil e a sua importância em relação aos jovens e adultos no contexto social, os problemas decorrentes do seu monopólio pelas elites dirigentes. Ao mesmo tempo, são enumeradas algumas conquistas ao longo do tempo e algumas causas que ainda impedem o seu desenvolvimento.

O segundo capítulo - **O que é ser analfabeto em uma sociedade letrada?** - aborda as dificuldades que enfrentam os analfabetos ou semi analfabetos numa sociedade cuja as práticas requerem um conhecimento maior e, marginaliza aqueles que não conseguem atingir esse nível de exigência. Este capítulo traz à luz, um panorama da sociedade na qual vivemos, onde o analfabeto encontra todas as dificuldades que a ele é sobreposto pelo fato de não dominar o mundo da leitura e da escrita.

No terceiro capítulo - **A inclusão de pessoas com necessidades especiais no Programa de Jovens e Adultos** - apresenta como a legislação e o próprio esforço dos educadores do movimento de ampliação de atendimento da escola àquelas pessoas portadoras de deficiência física ou mental.

No quarto capítulo - **A aprendizagem nas visões docente e discente** - procura identificar como o docente e o discente, analisam e apresentam as suas impressões sobre essa modalidade de ensino, procurando situar alguns pontos críticos e até divergentes, entre ambos. Embora esses olhares partam do mesmo ponto de observação, tomam rumos diferenciados. São visões dos professores e dos alunos inseridos no projeto de Educação de Jovens e Adultos.

O quinto capítulo - **O papel do professor na construção do conhecimento** - o papel da escola e a tarefa social de ensinar é discutida fazendo comentário sobre a prática docente tradicional, o construtivismo nos dias de hoje, frente ao processo de construção da escrita e da leitura.

O sexto capítulo - **Analisando a EJA frente a alguns teóricos** - ressalta-se a grande contribuição de Paulo Freire, Emília Ferreiro e Vygotsky, no que se refere ao processo de aprendizagem, a construção da escrita e da leitura e ao próprio desenvolvimento do sujeito aprendente em parceria com o sujeito ensinante, dinâmica tão necessária e prazerosa que é o ato de aprender e o ato de ensinar. São portanto, estes teóricos que sinalizam aos educadores envolvidos no projeto da EJA, quando expõem as suas concepções sobre educação, desenvolvimento e aprendizado, que o fazem com a intencionalidade de permear a superação das dificuldades

que os sujeitos enfrentam em relação ao processo de aprendizagem; os medos, os conflitos, os interesses e as expectativas de seus integrantes.

CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SEU PERCURSO

Para falar em educação de jovens e adultos no Brasil, é importante retomar alguns acontecimentos marcantes. O Brasil na década de 30 enfrentou vários desafios: um deles foi o processo de industrialização, outro, o êxodo rural, aliás, o segundo maior, desencadeando um grande problema que foi o aumento exorbitante da população urbana. Este período foi marcado *pelo populismo*, criação do Ministério da Educação – MEC e elaboração do Plano Nacional de Educação que garantia a gratuidade e obrigatoriedade do ensino fundamental.

Convém recordar, que diante dos acontecimentos mundiais, o Brasil estava passando por uma intensa *efervescência política de redemocratização*, devido indiscutivelmente, os acordos firmados no decorrer da segunda Guerra Mundial com a Organização das Nações Unidas – ONU: integração dos povos, buscando a paz e a democracia. De qualquer forma, a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura, - UNESCO, representou também um grande progresso, atuando no sentido de pressionar os países com altos índices de desigualdades sociais, como no caso do Brasil, a buscarem soluções para seus problemas sociais. Vale dizer, que estes últimos acontecimentos ocorreram por volta de 1940, marcados com o fim do governo ditatorial de Getúlio Vargas.

O Brasil na década de 1940 estava buscando seu desenvolvimento através da industrialização e implantação de um sistema educacional que superasse os altos índices de analfabetismo, que configurava-se como um grande problema para o enfrentamento do desenvolvimento. O analfabeto representava um atraso para a

sociedade, uma vez, que a princípio, era visto como uma pessoa ingênua e incapaz de produzir.

Como tal, o analfabeto passou a ser progressivamente refutado pela sociedade por não constituir-se integrante do mundo letrado – valoração da pessoa pela capacidade intelectual – e para rechaçar essa corrente surgiram em decorrência várias teses defendendo os analfabetos e concebendo que o analfabetismo não é a causa, mas a consequência de um sistema sócio-político-econômico-cultural retrógrado, haja vista, o total desinteresse de seus dirigentes na efetivação dos direitos básicos do povo. Para solucionar tal problemática dever-se-ia combater as causas; dar início ao processo de alfabetização em massa, principalmente, para a classe operária que vivia um processo de mudanças, decorrente da revolução industrial que exigia novas técnicas e o uso de máquinas sofisticadas.

Para tanto, foi regulamentado um Projeto que tinha como fundamento demandar esforços no sentido da erradicação do analfabetismo de jovens e adultos no país, resultando, por conseguinte, no reconhecimento de suas possibilidades para aprender e produzir independentemente do grau de escolaridade.

Na primeira metade do século XX, esses movimentos de educação em massa obtiveram um desenvolvimento considerável. Entretanto, passaram a malograr após o golpe militar em 1964. Convém lembrar que os resultados favoráveis constatados no período anterior ao golpe deu-se devido a fatores determinantes como da organização da sociedade civil mediante com movimentos de caráter social e do trabalho empreendido pelo grande educador Paulo Freire – educação de jovens e adultos - voltado, principalmente, para as camadas populares, respaldado na conscientização política.

O método Paulo Freire tinha como princípio estabelecer uma ponte entre a consciência ingênua e a consciência crítica. Para tanto, fazer-se-ia necessário que o educando tomasse consciência de sua capacidade e assumisse o compromisso de ser responsável pela sua própria formação.

Em resumo, o autor assim complementa:

“A conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (FREIRE, 1980:26).

O método Paulo Freire foi assim estruturado: primeiramente o educador e o educando praticavam junta uma análise da estrutura social; superação da consciência ingênua, desenvolvido com o estudo das palavras. Em seguida, as palavras eram relacionadas ao tema discutido e por fim, os jovens e adultos analfabetos eram convidados a aprender juntos, as famílias silábicas.

Este método foi de fundamental importância para que as pessoas excluídas da sociedade tivessem oportunidade de lutar por seus direitos, entretanto tornou-se uma ameaça para a classe dominante do país que se mantinha no poder devido às desigualdades sociais.

Urge destacar que no período ditatorial (idos de 1964) muitos dos seus idealizadores e seguidores foram perseguidos e/ou exilados do país. A educação foi desvinculada da ação política, desestimulando uma formação intelectual e crítica.

Diante disso, o Estado programou a educação conforme seus objetivos e interesses de dominação, basicamente centrada na maior parte da população, a

classe trabalhadora. Assim, a educação perdeu seu caráter libertador para seguir às regras estabelecidas pelo regime militar.

O primeiro programa após a ditadura foi lançado em 1967 com a denominação de Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, tendo com objetivo erradicar o analfabetismo em um período de dez anos, mediante a alfabetização de jovens e adultos, incluídos no espaço etário de 15 a 35 anos, faixa que abarcava a maior concentração de trabalhadores operários, além de ser o período de maior produtividade do homem. Esse programa educacional, intencionava inibir o desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo de seus aprendizes. O método volta-se apenas para a possibilidade do aprendizado da leitura. Seus resultados não foram eficazes. Como ressalta RIBEIRO (1997):

Propunha-se a alfabetização a partir de palavras-chaves, retiradas da vida simples do povo, mas as mensagens a elas associadas apelavam sempre ao esforço individual dos adultos analfabetos para a sua integração nos benefícios de uma sociedade moderna, pintada sempre de cor-de-rosa (RIBEIRO, 1997:26).

Na década de 1970 ocorreu a expansão do MOBRAL para outras regiões do Brasil. Paralelo à Ditadura Militar, continuava existindo movimentos que lutavam pela liberdade, por uma educação de jovens e adultos mais crítica e reflexiva. Esta década foi considerada como uma das mais violentas da nossa história, onde o governo impôs a ordem mediante a opressão e a força. Alguns Intelectuais e sonhadores, que possuíam idéias inovadoras foram exilados do país, outros perseguidos e até mortos.

Durante a década de 1980, esse contexto começou a modificar-se, tendo início um novo cenário político no país, caracterizando-se como luta pela democracia marcada por acontecimentos importantes; organização de novos partidos políticos, legalização de partidos que estavam na clandestinidade, dentre outros. Ocorreu como conseqüência uma acentuada melhoria no senso crítico das pessoas surgindo novas formas de pensar e agir por parte de vários segmentos da sociedade brasileira. Ocorre então, uma retomada aos movimentos populares no processo político do país, o que resultou no movimento denominado *Nova República*: transição do governo militar para o governo civil.

Em 1985, o MOBRAL passa por um processo de renovação, sendo redominado como Fundação Educar, permanecendo o caráter de apoio à educação de jovens e adultos. Em 1988 é promulgada a Constituição Federal, a lei máxima do país, que veio com o propósito de marcar um novo tempo.

Ainda na década de 1980, novos estudos surgiram relacionados à educação de jovens e adultos. Neste sentido, os técnicos educacionais do poder central, baseados nas investigações de Emília Ferreiro, (trabalhos desenvolvidos com crianças em que foram observados que uma gama de conhecimentos eram trazidos de casa), informações e hipóteses foram elaboradas. Considerou-se, então, que da mesma forma como as crianças traziam seus conhecimentos prévios, os adultos também já tinham conhecimentos acumulados, sendo que isso foi evidenciado principalmente com relação à escrita.

A década de 1990 foi marcada por mudanças significativas em toda sociedade, em decorrência principalmente, da globalização, entretanto seus resultados foram desastrosos: cresceram as desigualdades sociais, raciais, econômicas e

culturais. A Fundação Educar foi extinta, tendo o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC, assumindo em parte sua programação.

Demanda referir, que nessa década várias propostas surgiram tendo como objetivo a Educação de Jovens e Adultos, no entanto, as dificuldades, e as indecisões políticas perduram, apesar do grande alarde (propagandas, promessas...), camuflando certamente, os interesses disfarçados...

CAPÍTULO 2 – O QUE É SER ANALFABETO EM UMA SOCIEDADE LETRADA?

Durante muito tempo os profissionais da Educação de Jovens e Adultos constituíam-se na sua maioria de leigos, sendo sua principal missão ensinar os alunos a escrever seu próprio nome; o papel da escola era porquanto muito restrito.

Atualmente, o desafio dos profissionais que atuam nessa área encontra-se mais ampliado: proporcionar aos alunos o acesso à cultura e ao mundo letrado, de forma a possibilitar uma participação efetiva na esfera política, cultural, social e profissional.

Nessa perspectiva, mesmo o jovem e/ou adulto analfabeto vivem em constante interação com o mundo letrado e isso já oportunizam uma visão de mundo. O professor precisa atentar, para a partir daí, trabalhar os conteúdos implícitos. Nessa perspectiva, aprender não se restringe tão somente em juntar mecanicamente as letras, mas primordialmente, em desenvolver no sujeito o sentido prazeroso que desencadeia e impulsiona a vontade de aprender.

A democratização do aprendizado tem no seu âmago uma sociedade letrada onde não existem analfabetos por ser um termo que exprime o peso da exclusão e a marca de uma sociedade indiferente, egoísta e insensível. A pessoa analfabeta não é congelada e estagnada no tempo, encontra-se interagindo constantemente com o mundo e com o outro; assim a partir do momento em que efetiva-se a comunicação, registra-se a linguagem, ocorre a fala, o mundo é desnudado aos seus olhos, embora, se façam excluídos. Acontece aí, portanto, o verdadeiro e intrínseco ato de leitura.

Torna-se portanto, muito complexo classificar se alguém é ou não analfabeto. Qual o seu nível? Qual o nível básico tomado como medida classificatória neste processo? Na verdade, não existe um nível certo, um padrão, vai depender de cada contexto. É um processo muito particularizado e, individualmente, prescrito. Nos grandes centros contemporâneos, certamente, saturados pela escrita, raramente encontra-se um analfabeto.

Diz-se ser analfabeto aquele que não conhece uma letra sequer, embora participe, interaja e atue na sociedade letrada em que vive para servir às suas exigências. Isto chega a ser quase impossível, pois este sujeito a todo instante tem contato com a leitura, esteja em casa, no trabalho, no supermercado, nas ruas, ao apanhar um ônibus: são diversas as situações de contato com o mundo letrado. Parece ser óbvio que, como consumidor da palavra escrita, o analfabeto encontra-se em desvantagem em relação àqueles indivíduos que, tendo passado por um processo regular de ensino, dominam a técnica do mundo codificado pelo letramento. No entanto, possuem uma visão muito ampla do mundo e têm consciência de que reconhecem o sistema de leitura e escrita, através da sua vivência, tendo em vista estarem sempre buscando estratégias pessoais para enfrentar os desafios que exigem as competências letradas. Geralmente, estes indivíduos sabem escrever o próprio nome; muitos reconhecem ou sabem escrever outras letras que não sejam as do seu nome, outros ainda, conhecem o formato das palavras e as desenham e, uma grande parte deles conhecem os números.

Muitos outros conhecem a letra de forma, mas não a cursiva; não sabem onde a palavra começa ou termina. Há, ainda, aqueles que conhecem as letras, mas

não sabem o que fazer com elas, porém, muitas vezes, são fascinados com a idéia de dominá-las em forma de manuseio íntimo.

Por isso, o rótulo *analfabeto* se configura em uma palavra muito forte para uma pessoa que vive em uma sociedade letrada, porquanto sempre há um grau de alfabetização nestas pessoas. Oliveira (1992) ressalta que:

Poderíamos trabalhar, na verdade, com a idéia de “graus de analfabetismo”: exposto de forma particular aos estímulos do mundo letrado, submetido ou não a algum tipo de treino escolar ou instrução por parte de pessoas mais escolarizadas, usando sua capacidade de reflexão sobre o contexto em que vive e sobre seu próprio conhecimento, cada indivíduo constitui uma combinação específica de capacidades, não havendo a formação de um grupo homogêneo quanto ao domínio dos sistemas de leitura e escrita (Oliveira, 1992:17). Então, o analfabeto não é um indivíduo tecnicamente privado da capacidade de ler e escrever, é uma pessoa necessitada de uma ação alfabetizadora que simplesmente lhe permita o acesso ao sistema simbólico da escrita.

Segundo ainda Oliveira (1992):

Quando nos referimos ao analfabeto na sociedade letrada, isto é, a esse sujeito que vive no mundo urbano, escolarizado, industrializado e burocratizado e que não tem o domínio da palavra escrita, estamos nos referindo, na verdade, a um grupo so-

cial extremamente homogêneo. É um grupo composto, em sua maioria, por imigrantes de zonas rurais, principalmente região Nordeste do país, trabalhadores em ocupações pouco qualificada e com uma história descontínua e mal-sucedida de passagem pela escola; seus pais também eram trabalhadores em ocupações braçais não-qualificadas (principalmente lavoura) e com nível instrucional muito baixo (geralmente também analfabetos). A caracterização desse grupo cultural repete-se nas várias situações escolares e de pesquisa que lidam com esse personagem que designamos genericamente como “analfabeto”: ele tem um lugar específico, que vai combinar-se com a sua incapacidade de utilizar o sistema simbólico da escrita (Oliveira, 1992:17).

Equivale referir, da necessidade de haver um retorno deste jovem ou adulto analfabeto à sala de aula, pois como vive em um mundo cercado de letras, possui uma visão de mundo ampla de leitura e escrita. Retornar à escola torna-se fundamental para reorganizar seus conhecimentos adquiridos ao longo do tempo e melhorar sua auto-estima.

Sabe-se que atualmente é difícil conciliar trabalho e estudo, mas a partir do momento em que o jovem ou o adulto ingressa em sala de aula, com certeza busca soluções alternativas para continuar os estudos. Alguns conseguem concluir o curso, pois se sentem motivados, não só pelo domínio da leitura e da escrita, mas por causa do próprio contexto cultural, da autonomia adquirida e do alcance de domínio de uma visão mais ampliada.

No entanto, constata-se que o tempo da escola é descompassado do tempo do jovem ou adulto. É muito acelerado, pois eles não têm autonomia sobre o seu tempo para uma dedicação ao estudo, a maioria trabalha e tem uma rotina de vida muito agitada.

Analfabetos ou iletrados?

O grupo de pessoas consideradas *analfabetas* que vivem inseridas em uma sociedade letrada, têm um lugar bem definido e uma característica bem peculiar: o de não dominar por completo o sistema simbólico da escrita. A identidade destas pessoas na sociedade é construída por uma constante expressão negativista: **não** são alfabetizados, **não** dominam o sistema da leitura e escrita, **não** têm acesso a certos recursos tecnológicos, dentre muitos outros.

Vale referir, que este grupo cultural ocupa uma posição subalterna no íntimo da sociedade que escreve o seu saber. Dispõe assim, de uma baixa qualificação profissional resultante da falta de escolaridade decorrente, particularmente da sua origem rural, justificada diante com a ausência de oportunidades de acesso ao domínio da leitura e escrita. Tal desconhecimento passa a diferenciar o indivíduo por apresentar lacunas na sua estrutura , como membro de uma cultura que se apresenta explicitamente letrada. Seria no caso, tais sujeitos pertencentes destes níveis, considerados analfabetos ou iletrados ?

CAPÍTULO 3 – A INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO PROGRAMA DE JOVENS E ADULTOS

O cenário educacional brasileiro está se modificando nestes últimos tempos diante de acontecimentos como a promulgação da Lei 93.94/96 de Diretrizes e Bases da Educação, a sugestão de Novos Parâmetros Curriculares para diferentes níveis de ensino e modalidades de educação. Sem adentrar no mérito dos últimos fins e na qualidade das novidades introduzidas, as discussões em torno de uma escola que melhor responde às demandas e exigências deste momento histórico, político e econômico entre outras questões igualmente relevantes, tem de certa forma desacomodado os sistemas público de ensino e inquietado seus dirigentes. A opinião pública também foi atingida por esse clima e suas manifestações, embora ainda tímidas, ajudam a criar situações de debates.

Fortemente influenciada pelo impacto da inclusão escolar recém chegada ao Brasil no início da década , objetivou-se centrar primordialmente em problemas relativos à transformação das escolas regulares, de modo que pudessem abrir indistintamente a todas as crianças e jovens das escolas, interrompendo trajetórias educacionais pelos mais diferentes e injustificáveis motivos.

Os princípios norteadores dos sistemas educacionais modernos implicam a democratização do acesso às escolas, a gestão participativa e a qualidade de ensino, a formação continuada de seus professores e a garantia de atendimento aos excluídos, resguardadas as diferenças culturais, sociais, étnicas.

Escolas de qualidade para todos caracterizam-se por reconhecer e respeitar em suas turmas, a diversidade dos alunos e suas diferentes manifestações, diante da construção do conhecimento. Observa-se que no EJA os alunos não são excluídos, porquanto inexistem valores e medidas pré-determinantes de desempenho escolar, considerando a diversidade um fator relevante para o desenvolvimento das áreas curriculares. Seus professores, apesar de não serem especializados, aceitam todos os alunos e suas práticas são utilizadas a grupos heterogêneos nas salas de aula.

A inclusão escolar é uma decorrência da escola de qualidade para todos e propõe a fusão das modalidades de ensino especial e regular e a estruturação de uma nova modalidade educacional, consubstanciada na escola única. Tem como pretensão sintetizar o que está fragmentado e tratado isoladamente.

Assim posto, reforça a necessidade de se repensar a escola sob um novo paradigma que desempenhe o seu papel como instituição formadora, derrubando critérios que limitam sua atuação a determinados segmentos sociais e estendendo-a incondicionalmente a todos os educandos. De igual forma a autonomia social e intelectual são objetivos das escolas de qualidade para todos e norteiam a formação dos alunos e professores.

Vivemos em uma sociedade da informação, do conhecimento, da diversidade, em que o cenário educacional é o privilegiado para promover essa transição para um novo tempo da humanidade. Nesse novo tempo, o que se espera da escola é que seus planos se definam por uma educação para a cidadania global, plena, que se livra dos preconceitos e se disponha em reconhecer a interdependência, a complementaridade entre as pessoas.

Esse novo plano da escola requer o desenvolvimento do espírito de solidariedade, fraternidade, cooperação e de coletividade entre as gerações mais novas. Significa ensinar a reconhecer o multiculturalismo, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais, afetivas, enfim, a construir uma nova ética, que advém de uma consciência ao mesmo tempo individual, social e mais ainda, planetária. Implica que se abandonem as categorizações e as oposições excludentes entre os iguais, os diferentes, e que se busquem a articulação a flexibilidade, o criativo, a interdependência entre as partes que antes se conflitavam nos nossos pensamentos, ações, sentimentos.

As escolas deste novo tempo reconhecem as possibilidades humanas e valorizam as “eficiências desconhecidas” tão comumente rejeitadas e confundidas por não caberem em nossos moldes virtuais do bom aluno.

Para que a educação escolar se estruture e se consolide segundo os princípios da não exclusão, devem ser consideradas as exigências e a realidade dos professores e alunos. Trata-se do tempo e do espaço do contexto escolar, congregando todos os elementos que o compõem da sala de aula propriamente dita à comunidade em que a escola se insere, do dia letivo aos diferentes tempos e ritmos de ensino e de aprendizagem.

Quando à formação continuada, deverão ser parte integrante da proposta metodológica das Secretárias de Educação quer Estadual quer Municipais provocar os professores para que questionem suas práticas, antes de buscar o fracasso e as deficiências nos alunos e para que localizem as barreiras que estão obstruindo as

vias duplas do aprender e ensinar, aprendendo com suas próprias experiências de trabalho.

Deve-se propiciar que o professor se torne mais confiante de sua capacidade de atender à diversidade de aluno, ao ampliar seus conhecimentos teóricos, compartilhar e aprofundar suas práticas com os colegas trocando informações, buscando soluções, atualizações e habilidades pedagógicas.

A expansão da capacidade de planejar de criar e de experimentar situações que favoreçam o desenvolvimento efetivo, cognitivo, social e perceptivo motor dos alunos, no enfoque metodológico de aprimoramento da formação.

Um aspecto a ser repensado, refere-se a necessidade da avaliação contínua. O professor precisa acompanhar o seu próprio aprendizado e as aplicações práticas nas salas de aula, priorizando o planejamento das atividades e revisando-o como forma de aferição para identificar os erros ou acertos e com isso reorientar os objetivos do planejamento anteriormente realizado.

Quando as escolas promovem o sucesso dos alunos, estão sendo respeitados os direitos básicos localizados na base das funções que devem desempenhar. Esses direitos não implicam que as escolas tenham de *fazer mais*, e sim *modo diferente*, para que esse desempenho corresponda, efetivamente, ao que é desejável, ao que é bom para o aluno.

O grande desafio do EJA será porquanto descobrir e/ou criar caminhos pedagógicos alternativos. Além disso, lutar para que no menor espaço de tempo seja garantido os direitos escolares fundamentais à educação do aluno e respeitado todos os seus direitos como indivíduos:

- uma educação planejada, decidida, assumida por professores dedicados, que participam ativamente da vida escolar;
- um ambiente escolar que responda adequadamente a diferentes estilos de aprendizagens, habilidades e interesses dos educandos;
- um currículo escolar que apóie diferenças individuais, culturais e sociais;
- professores que possuam altas expectativas com relação a todos os alunos e que enfrentam os desafios inerentes a uma educação aberta à diversidade;
- uma avaliação de seu progresso acadêmico que seja abrangente e que valorize seus talentos e potencial de aprendizagem e respeite suas dificuldades.

A observância desses direitos promoverá uma escola aberta à diversidade, que acolhe os adolescentes e adultos (MANTOAN, 1997:2/11).

Educação Especial

O acesso à formação escolar que propicia o pleno desenvolvimento das potencialidades físicas, sensoriais, afetivas e intelectuais dos alunos, constitui problema extremamente sério para as famílias com filhos portadores de necessidades especiais.

Em primeiro lugar, deve se considerar que, para esses alunos quanto mais cedo forem detectados os problemas e oferecidos programas especiais de

atendimento, tanto maiores serão as possibilidades de atenuação das conseqüências das deficiências.

Isso coloca, sobre o poder Público, a responsabilidade de prover o atendimento aos jovens e adultos apesar de encontrar-se atualmente ainda desaparelhada para desempenhar esse atendimento. A formação de recursos humanos se torna imprescindível, colocando-se, assim como prioridade fundamental para o sucesso da inclusão.

Questões prévias à construção da escola inclusiva

Caminhos para ideários que defendem a integração na escola regular de todo o tipo de deficiência mental, afetiva, sensorial ou motora. A escola integra, progressivamente, adolescentes e jovens portadores dos mais variados problemas sociais, nalguns casos próximos da delinqüência. Provavelmente alguns desses alunos podem ser assumidos como produtos de uma escola disfuncional. Segundo, também, que nem todos são frutos da Escola. Todos, no entanto, têm o direito à escola. Aceitando que a escola deve ter esse papel facilitador da integração social dos mais jovens, que condições, criar para o sucesso efetivo dos seus programas educativos? Sem alguns cuidados prévios e este propósito, diversas questões podem emergir desacreditando o próprio Sistema Educativo e os seus profissionais.

Assim, algumas questões pairam na comunidade educativa a este propósito. De contornos ainda mal definidos, mesmo assim merecem a nossa reflexão preventiva. Em primeiro lugar, fala-se e exige-se uma escola inclusiva, mas será que toda a sociedade está preparada para ela? Será que as estruturas públicas e privadas de emprego, por exemplo, estão preparadas e mostram-se defensoras desse

mesmo princípio? Não estará a sociedade a cobrar demasiado da Escola? Que esquemas de integração estão instituídos, se não impostos ao menos facilitados após a escolaridade básica?

Em segundo lugar, importa acautelar algumas inquietações que, não decorrendo da escola inclusiva podem aparecer-lhe associadas. Por exemplo, queremos uma escola que, desde logo, educa e ensina, ou uma escola que se define essencialmente como instituição de apoio social? Queremos professores, no sentido de mestres e de educadores, ou queremos funcionários administrativos sancionadores de comportamentos não bem adaptados? Queremos descaracterizar a função de ensino da escola pública criando nalgumas famílias a idéia de que devem procurar as escolas privadas para um ensino de qualidade?

Não existem respostas imediatas para estas e outras questões. A escola para todos, em nossa opinião, é uma escola diversa nos seus espaços, tempos e profissionais, e que os gere de forma individualizada para que cada aluno encontre nela resposta à sua individualidade, à sua diferença (Correia & Cabral, 1997:19). É uma escola em que os tempos uniformes das campanhas ou a exigüidade dos espaços não podem decidir da vida escolar e do seu projeto educativo, como também não podem fazer os professores em função das suas conveniências. Não é eticamente correto, mesmo em termos de erário público que se defenda a integração plena das crianças nas escolas, levando-as depois para casa ou para centros privados para receberem explicações e outros apoios subsidiados.

Vivemos estes últimos anos do milênio com bastantes interrogações a propósito da escola, da sua justificação e das suas funções sociais. Poderá parecer um pouco estranho esta dúvida a propósito da existência e da pertinência social da

escola numa sociedade pautada pela desagregação e disfuncionalidade de outras instituições tradicionais de socialização (família, bairro, religião, comunidade...) De referir, no entanto, que já no presente, e em vários países crianças são ensinadas em suas casas até os 11 ou 12 anos, fazendo dessa forma os seis primeiros anos de escolaridade. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, dois milhões de crianças encontram-se nessa situação. Será que iremos avançar para uma lógica de que só vão para a escola as crianças que não encontram as melhores respostas formativas no seio da sua família? Para já, começa a fazer algum sentido questionarmo-nos quanto à atualidade dos conhecimentos e dos métodos de ensino da escola face a outras fontes de informação e formação (ALMEIDA, 1998: 40/41).

CAPÍTULO 4 – A APRENDIZAGEM NAS VISÕES DOCENTE E DICENTE

A maioria dos alunos que frequenta os cursos em Educação de Jovens e Adultos são do sexo feminino e estão distribuídos numa faixa etária que varia de 16 a 37 anos de idade. Esses alunos, na sua maioria, são oriundos da escola pública.

Visão Docente

Segundo os professores, a maioria das dificuldades encontrada pelos alunos do ensino noturno se deve ao cansaço físico, devido ao excesso de trabalho realizado no período diurno. O cansaço se constitui um dos principais fatores responsáveis pelo atraso escolar. Muitos desses alunos trabalham em subempregos, tendo, portanto, uma carga excessiva de trabalho. O aluno da Educação de Jovens e Adultos se caracteriza pelo baixo nível sócio-econômico, (aluno-trabalhador), por enfrentar dificuldades de aprendizagem, interromper seus estudos em consequência do trabalho, principalmente, devido às mudanças de emprego por ignorar o valor da sua própria existência, dentre outros. Assim posto, torna-se muito elevada a probabilidade do fracasso escolar (baixa auto-estima), o que de fato, vem-se mantendo elevado.

Este aluno deseja aprender e sente necessidade de uma educação de qualidade para estar preparado para o mercado de trabalho, e obter um bom desempenho profissional, mediante uma grade curricular específica para suas necessidades.

Constata-se nas salas de aulas, alunos cansados, sonolentos e muitas vezes, até famintos, tanto devido a falta de tempo quanto das condições financeiras adversas. O ensino no período noturno se afigura como cansativo, pelo fato dos alu-

nos serem trabalhadores durante o período diurno; o cansaço físico deixa o aluno sem condições de responder aos estímulos proporcionados pelos professores ocasionando, muitas vezes, falta de interesse nos estudos e comodismo no que diz respeito às atividades do professor.

Assim posto, a visão que os professores possuem do ensino noturno é sedimentada, justamente, diante da situação apresentada pela clientela: composta na maior parte, por jovens trabalhadores; grande heterogeneidade quanto ao nível de escolaridade, a idade, anos de repetência e/ou evasão durante a permanência no período diurno (fora de faixa); dificuldades de aprendizagem, no caso dos alunos que freqüentaram classes especiais, dentre outros. Por esses motivos, os professores dispensam desses alunos o aprendizado dos conteúdos exigidos aos alunos do turno diurno, que por sinal encontram-se bastante aquém da proposta curricular.

Diante dessas situações, os professores passam a oferecer um ensino de baixa qualidade e um ensino de massa, desrespeitando o direito de cidadania, a uma população perpetuada pelas desigualdades.

Nesse contexto, para os alunos que voltam a estudar, enfrentar uma sala de aula, torna-se um desafio constante. Muitos retornam à escola, na esperança de encontrar um melhor emprego, onde possam garantir um mísero salário de sobrevivência; outros põr exigência do mercado de trabalho; para ter uma vida melhor; alguns para ganhar mais dinheiro e enviar para a família (os emigrantes vítimas do êxodo rural).

Visão Discente

A maioria dos professores, dentre os quais trabalham com adultos, dizem gostar do que fazem. Mas, ao contrário, os alunos consideram as aulas monótonas e cansativas, classificando-as como chatas ou de pouca dinamicidade. Em consequência desta prática pedagógica, outros fatores aliam-se: impontualidade, falta de compromisso profissional, ausência de motivação, falta de planejamento pedagógico, escassos recursos didáticos, aulas e conteúdos fora da realidade do aluno.

Em geral, diversos são os motivos que os levam à sala de aula: o de frequentar a escola por necessidade, por vontade de ler, escrever, contar, e para a grande maioria destes jovens, a possibilidade de garantir um emprego melhor, condição indispensável no campo de trabalho. Vale referir que muitos dos alunos que buscam o EJA já ingressaram no mercado de trabalho.

Parte dos alunos do EJA declaram o quanto o ensino tem sido útil em suas vidas, pois através da aprendizagem da leitura, escrita e cálculo conseguiram uma melhoria no mercado produtivo; além de perceberem-se mais independentes nas relações sócio-político-cultural e familiar. A melhoria no âmbito social deve-se à aquisição de maior habilidade na comunicação, na compreensão e atualização dos níveis de conhecimentos e amplitude na satisfação pessoal que é responsável pela melhoria da auto-estima.

No entanto, alguns chegam a colocar que a escola não é melhor porque não exige como uma escola particular. Esse ponto de vista revela que o aluno percebe uma diferença entre a educação que lhe é oferecida e a realizada na escola privada. Outros ainda explicitam o desejo de que a escola deveria oferecer-lhes livros, materiais didáticos e de pesquisa, espaço para esporte e lazer, evidenciando com clareza que sua percepção de educação não se restringe ao quadro de giz.

As dificuldades mais freqüentes encontradas por alunos do EJA, dizem respeito à aprendizagem de algumas disciplinas: História, Português e Matemática; problemas sérios de visão, ocasionados pelas péssimas instalações elétricas existentes nas escolas públicas; alunos com dificuldades de aprendizagem; falta de condições financeiras, o que ocasiona geralmente, no segundo semestre, o abandono do curso, retornando somente no ano seguinte; falta de incentivo por parte dos familiares; cansaço físico e mental devido ao excesso de trabalho durante o dia, dentre outros problemas.

Os alunos dos cursos noturnos começam a trabalhar muito cedo, geralmente por volta dos 10 anos de idade, para ajudar a família no sustento dos familiares. No período noturno ocorrem os maiores índices de reprovação e evasão escolar, sendo reprovados, em cada etapa, por cerca de duas ou três vezes, ocorrendo então, a desmotivação para seguir nesta luta.

A visão dos alunos porquanto, configura-se que a escola será uma salvação, embora sequer obtenham o conhecimento do contexto geral e de outros interesses envolvidos como o do capital e do mercado de trabalho.

CAPÍTULO 5 - O PAPEL DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Durante muito tempo, os educadores achavam que os alunos deveriam aprender o sistema da escrita, conhecer as letras, saber juntá-las, relacioná-las com a pauta sonora, pontuá-las, conhecer as regras gramaticais, dentre outras regras e etapas. Só, então, poderiam conseguir lidar com a linguagem escrita, ou seja, com a elaboração e compreensão dos textos.

Ferreiro (1990), deixa claro que é papel da escola a tarefa social de ensinar. O aluno não tem obrigação de transpor sozinho a interação com o objeto que fora da escola não teve a oportunidade de conhecer. Afirma que:

(...) é importante ressaltar que não basta um ambiente alfabetizador para que uma pessoa se alfabetize, porque se fosse assim não haveria analfabetos nas cidades. Além do ambiente alfabetizador deve haver alguma intervenção específica, já que não basta estar em contato com o objeto para garantir a alfabetização. Deve haver alguma intervenção que aponte para a compreensão, não já das funções sociais da língua escrita, mas sim da estrutura desse objeto (...) (Ferreiro, 1990:73)

No âmbito da alfabetização de adultos, a concepção de que aluno deve aprender primeiro as letras, depois formar as palavras, encontra-se, infelizmente perpetrado. Até mesmo entre os educadores adeptos de um processo de conscientização da realidade, o trabalho com a escrita retrocede ao ensino hierarquizado: primeiro as letras, depois as sílabas, palavras, frases e assim por diante.

Segundo Durante (1998), o processo de leitura e escrita não é rígido:

As investigações sobre os processos de desenvolvimento da aprendizagem têm evidenciado que crianças e adultos não alfabetizados possuem conhecimentos sobre a escrita, para que serve e seus diferentes usos, mesmo sem terem passado pelo processo sistematizado da escola. (...) Compreender o modo de construção interna da escrita, ou seja, a alfabetização no sentido estrito, é apenas um dos pontos do processo de educação de adultos não alfabetizados ou pouco escolarizados (Durante, 1998:50).

Com efeito, o aluno é agente ativo de seu processo de construção de conhecimentos sendo essa afirmação, conhecida por parte dos profissionais em educação.

Mas, diante disto qual o papel do educador?

Dentro de uma visão construtivista, o professor não pode ser um mero espectador da construção de conhecimentos de seus alunos; cabe a função de organizar as situações de aprendizagens, as intervenções pedagógicas que auxiliem os alunos em suas próprias construções, considerando e valorizando seus conhecimentos e os mecanismos envolvidos nessa construção.

Nesse sentido, a atuação e a intervenção do professor faz-se necessária para que os alunos avancem, aprendam e desenvolvam suas competências; só que estas intervenções devem ser planejadas, com objetivos previamente definidos, com tarefas que proponham desafios, com organizações das formas de trabalho, previ-

são do tempo a ser utilizado e intervenções pedagógicas consistentes. Todas essas questões fazem parte do cotidiano dos educadores comprometidos com suas práticas, que esperam que seus alunos realmente atinjam o aprendizado.

Dentro do contexto construtivista, o aluno é um construtor de conhecimentos e o professor deixa de ser um mero transmissor, passando a considerar os conhecimentos prévios do aluno, suas possibilidades de aprendizagem e as características do objeto a ser ensinado.

CAPÍTULO 6 – ANALISANDO O EJA FRENTE A ALGUNS TEÓRICOS

As profundas transformações que vêm ocorrendo, em escala mundial, em virtude da acelerada globalização e da mudança tecnológica, alteram as concepções relativas à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nos países desenvolvidos, a educação de jovens e adultos é considerada atualmente como educação permanente, oferecida a toda população, qualquer que seja seu grau de escolarização anterior e tem como objetivo o contínuo desenvolvimento de capacidades e de conhecimentos tecnológicos que repercutem inclusive no mercado de trabalho.

No Brasil, é necessário assumir uma atitude decisiva frente a Educação de Jovens e Adultos que precisa estar orientada, prioritariamente, para o resgate da dívida social em matéria de educação. A Constituição Federal de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, se preocupam com esse problema, determinando que o analfabetismo seja erradicado nas próximas décadas.

Embora tenha havido um grande progresso nos últimos decênios do século XX em relação a esse problema, o número de analfabetos é ainda exorbitante e envergonha o país, atingindo um alarmante número de brasileiros maiores de 15 anos. O analfabetismo encontra-se intimamente associado às taxas de escolarização e ao número de crianças fora da escola. Todos esses indicadores apontam para a profunda desigualdade regional na oferta de oportunidades educacionais e na concentração de população de analfabetos ou insuficientemente escolarizados nos programas de pobreza educacional existentes no país. E em se tratando de conside-

rar-se apenas a população analfabeta, metade dela está localizada nas regiões Nordeste e Norte.

Os analfabetos numa sociedade considerada letrada

Durante muito tempo os profissionais da Educação de Jovens e Adultos eram, na sua maioria, leigos. Sua principal missão consistia em ensinar os alunos a escrever seu próprio nome, sendo o papel da escola muito restrito. Atualmente, o desafio dos profissionais que atuam nessa área relaciona-se em oportunizar a esses alunos o acesso à cultura, ao mundo letrado, possibilitando uma participação efetiva na esfera política, cultural e profissional.

O fenômeno do analfabetismo só existe em um mundo letrado, onde há uma lacuna, um vazio, que busca ser preenchido no contexto de uma sociedade culta. Vale referir que jovem e/ou adulto considerado ainda analfabeto, vive em constante interação com o mundo letrado e isso já oportuniza uma visão de mundo. O professor precisa portanto, a partir daí, trabalhar estes conteúdos implícitos. Deve-se considerar que aprender não se restringe somente em juntar mecanicamente as letras, mas primordialmente em desenvolver no sujeito o sentido prazeroso que desencadeia e nutre a vontade de aprender, o estado desejante que impulsiona para a construção do conhecimento.

Certamente, não é fácil classificar se alguém é ou não analfabeto. Qual o seu nível? Qual o nível básico tomado como medida classificatória neste processo? Inexiste um nível certo, padrão, variando de um contexto para outro. É um processo muito particularizado e individualmente prescrito. Entretanto, constitui-se nos grandes centros contemporâneos, saturados pela escrita, raramente encontra-se um analfabeto, porque esse sujeito a todo instante tem contato com a leitura, esteja em casa, no trabalho, no supermercado, nas ruas, ao apanhar um ônibus, sendo diversas as situações de contato com o mundo letrado. Parece por conseguinte óbvio que, como consumidor da palavra escrita, o analfabeto está em desvantagem em relação àqueles indivíduos que, tendo passado por um processo regular de ensino,

dominam a técnica do mundo codificado pelo letramento. Mas sem dúvida, possuem uma visão muito ampla do mundo, uma consciência de que reconhecem o sistema de leitura e escrita, através da sua vivência, haja vista, estar sempre buscando estratégias pessoais para enfrentar os desafios que exigem as competências letradas. Geralmente, estes indivíduos sabem escrever o próprio nome; muitos reconhecem ou sabem escrever outras letras que não sejam as do seu nome; outros ainda, conhecem o formato das palavras e as desenham, uma grande parte deles conhecem os números, embora não os domine.

E ainda, muitos conhecem a letra de forma, mas não a cursiva; outros não sabem onde a palavra começa ou termina; há, ainda, aqueles que conhecem as letras, mas não sabem o que fazer com elas, porém, muitas vezes são fascinados com a idéia de dominá-las em forma de manuseio íntimo.

Como já foi enunciado, o rótulo *analfabeto* é muito forte para uma pessoa que vive em uma sociedade letrada, pois sempre há um grau de alfabetização presente. Oliveira (1992) ressalta que:

Poderíamos trabalhar, na verdade, com a idéia de “graus de analfabetismo”: exposto de forma particular aos estímulos do mundo letrado, submetido ou não a algum tipo de treino escolar ou instrução por parte de pessoas mais escolarizadas, usando sua capacidade de reflexão sobre o contexto em que vive e sobre seu próprio conhecimento, cada indivíduo constitui uma combinação específica de capacidades, não havendo a formação de um grupo homogêneo quanto ao domínio dos sistema de leitura e escrita (Oliveira, 1992:17).

Continua ainda esse autor:

O analfabeto não é um indivíduo tecnicamente privado da capacidade de ler e escrever, é uma pessoa necessitada de uma ação alfabetizadora que simplesmente lhe permita o acesso ao sistema simbólico da escrita (...) a um grupo social extremamente homogêneo. É um grupo composto, em sua maioria, por imigrantes de zonas rurais, principalmente região Nordeste do país, trabalhadores em ocupações pouco qualificada e com uma história descontínua e mal-sucedida de passagem pela escola; (...) A caracterização desse grupo cultural repete-se nas várias situações escolares e de pesquisa que lidam com esse personagem que designamos genericamente como analfabeto: ele tem um lugar específico, que vai combinar-se com a sua incapacidade de utilizar o sistema simbólico da escrita (Oliveira, 1992:17).

Assim posto, faz-se necessário um retorno desse jovem ou adulto analfabeto à sala de aula, tendo em vista já viver em um mundo cercado de letras, possuir uma visão de mundo ampla, de leitura e de escrita. Retornar à escola torna-se fundamental para reorganizar seus conhecimentos adquiridos ao longo do tempo e melhorar sua auto-estima. Sabe-se que atualmente é difícil conciliar trabalho e estudo, mas que a partir do momento em que o jovem ou o adulto ingressa em sala de aula, busca soluções alternativas para continuar os estudos. Alguns conseguem concluir o ensino, por se sentirem motivados, não só pelo domínio da leitura e da escrita, mas por causa do próprio contexto cultural, da autonomia adquirida e do alcance de domínio de uma visão mais ampliada.

O tempo da escola é descompassado do tempo do jovem ou adulto: acelerado diante da falta de autonomia sobre o seu tempo para uma dedicação ao estudo, visto que a maioria trabalha e possui uma rotina de vida muito agitada.

Quando nos referimos ao analfabeto na sociedade letrada, isto é, o sujeito que vive no mundo urbano, escolarizado, industrializado e burocratizado, sem o domínio de palavras escritas, estamos fazendo referência, na verdade, a um grupo social extremamente homogêneo sendo tal grupo composto por migrantes de zonas rurais, principalmente da região nordeste do país, trabalhadores em ocupações pouco qualificadas e com uma história descontínua e mal sucedida de passagem pela escola. São oriundos de agrupamentos sociais excluídos e trazem a carga sócio-

histórico-genética de seus pais, também trabalhadores em ocupações braçais, não qualificados e geralmente também analfabetos.

Quanto às suas características sócio-culturais sabemos claramente quem o analfabeto, no que diz respeito ao domínio do sistema da escrita, parece não lidar com um grupo formado por indivíduos muito semelhantes entre si.

Já os adultos a quem chamamos de analfabetos imersos no mundo letrado, vão sendo contaminados com suas regras de funcionamento e sobre o próprio sistema de escrita. Conhecem as notícias sobre o mundo, têm consciência plena de que não dominam o sistema de leitura e de escrita e estão ativamente buscando estratégias pessoais para lidarem com os desafios que enfrentam nas esferas da vida, na qual são exigidas as competências letradas.

Poder-se-ia, nessa perspectiva, trabalhar na verdade, com a idéia de grau de analfabetismo exposto de uma forma particular aos estímulos do mundo letrado submetido ou não a algum tipo de treino escolar ou instrução por parte de pessoas mais ou menos escolarizadas, usando sua capacidade de reflexão sobre o contexto em que vive e sobre o seu próprio conhecimento. Vale dizer que cada indivíduo constitui uma combinação específica de capacidades, não havendo a formação de um grupo homogêneo, quanto ao domínio do sistema de leitura e de escrita.

A questão central parece ser o enfrentamento de um grupo cultural de origem iletrada e *rural*, tradicional, sem qualificações profissionais com o modo de pensar dominante na sociedade letrada e urbana, escolarizada, industrializada, marcada pelo conhecimento científico e tecnológico.

Comentando a concepção de Paulo Freire

Paulo Freire (1992), em sua obra *Pedagogia do Oprimido* propõe um método abrangente, pelo qual a palavra ajuda o homem a tornar-se homem. Assim, a linguagem passa a ser cultura. A alfabetização, considerada como sendo o primeiro

passo para a educação consiste em um degrau imediato para uma etapa civilizatória, que expressam meros e vazios dados estatísticos.

O indivíduo quando alfabetizado, vai se descobrindo como homem, como sujeito construtor de todo o processo e de sua historicidade. O método de Paulo Freire não possui qualquer atitude paternalista em relação ao domínio do alfabeto. Alfabetizar é ensinar palavras, pensar estas palavras, julgá-las em seu uso adequado, encontrando várias possibilidades de emprego em situações do cotidiano, podendo começar a escreve-las e a expressá-las não somente, copiando-as mecanicamente de forma obsoleta.

Assim posto, um trabalho escolar que se pretenda o uso contextualizado não pode partir da suposição, precisa sim e de fato, estar associado à realidade vivencial das pessoas presentes na escola e que fazem a comunidade, para compromisso e engajamento efetivo, Freire (1992).

Paulo Freire nos lembra que a alfabetização não é apenas um processo lógico, intelectual, é também profundamente afetivo e social. É preciso, então resgatar essas marcas sócio-culturais, efetivas e ao mesmo tempo as construções lógicas e intelectuais na observação do educando enquanto realiza as atividades pedagógicas - didáticas. Tão importante quanto partir das condições de chegada do educando será encaminhar no sentido da superação da ultrapassagem desse movimento inicial, possibilitando a ele a ampliação do conhecimento e da realização, garantindo o acesso ao conhecimento mais elaborado para a aquisição da norma lingüística, considerada “cultura” “como um instrumento a mais para melhorar, lutas contra a opressão” (Freire, 1988:56).

A alfabetização não é um jogo de palavras, é a consciência reflexiva da cultura, a construção crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos, o

projeto histórico de um mundo comum, a bravura de dizer a sua palavra. Segundo Freire, educamos para a transformação quando procuramos transformar o cidadão, ou seja, o *ser político*.

Ter a consciência crítica de que é preciso ser o proprietário de seu trabalho e de que esse constitui uma parte da pessoa humana e que a pessoa humana não pode ser vendida nem vender-se é dar um passo a mais além das soluções paliativas e enganosas. É inscrever-se numa ação de verdadeira transformação da realidade para, humanizando-a humanizar os homens (Freire, 1983:217).

Ao citar o termo Cidadão, nos referimos a visão dinâmica segundo Freire (1992). Significa aquela pessoa consciente, crítica e preparada para o exercício da cidadania, militante, capaz de participar do processo de transformação social.

Freire (1992) nos coloca que o papel principal da conscientização é *decifrar* o mundo, *ler* a realidade, e ir além das aparências e do que está atrás das máscaras e das ilusões, da forma dialeticamente crítica. É fundamental que a escola faça com que o aluno seja consciente no que diz respeito aos seus verdadeiros problemas. Ele precisa saber que, em nossa sociedade capitalista, a grande maioria da população cria a riqueza e uma minoria se beneficia dela, que existe a opressão de uma classe sobre a outra e que o trabalhador é explorado e seu trabalho desvalorizado.

Torna-se necessário que seja entendido por parte dos alunos como as pessoas são manipuladas: porque existem favelas, ricos e pobres quais as causas da evasão e da repetência escolar, porque a escola não é igual para todos, e assim por diante. Freire (1992) constrói em sua pedagogia que em seu *método* como é conhecido um itinerário que vai da cultura popular à cultura erudita e letrada, passando pela formação da consciência crítica e articulando a primeira com a segunda.

Os pensamentos de Freire (1992) possuem suas raízes mais profundas no debate político-cultural brasileiro na década de 1950. Tratava-se do debate em torno da construção de uma identidade nacional baseada no desenvolvimento político, social e econômico que, segundo ele, passava pela tomada de consciência da realidade nacional.

Esse processo não poderia dar-se sem uma manifestação na estrutura do ensino e da extensão da educação para todos. Um projeto de emancipação e construção de uma nova nação latino-americana e terceiro-mundista, ao contrário do que as elites dominantes pensavam, que era criar, no Brasil, *uma nova Europa ou nova América*.

A concepção de Vygotsky

A concepção de Vygotsky sobre as relações entre desenvolvimento e aprendizado, e particularmente sobre a zona de desenvolvimento proximal, estabelece forte ligação entre o processo de desenvolvimento e a relação do indivíduo com seu ambiente sócio-cultural e com sua situação do organismo que não se desenvolve plenamente sem o suporte de outros indivíduos de sua espécie.

O discurso interior é sempre diálogo consigo mesmo e com os outros. O discurso oral e escrito traz marcas do discurso interior e o discurso interior traz marcas do discurso social (Vygotsky, 1988:18).

A implantação da concepção de Vygotsky (1988) para o ensino escolar é imediata. Se o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, então a escola tem um papel essencial na construção do ser psicológico adulto dos indivíduos que vivem em sociedades escolarizadas. Adianta ao desenvolvimento, os procedimentos regulares que ocorrem.

Vygotsky (1988), busca compreender a origem e o desenvolvimento dos processos psicológicos ao longo da história da espécie humana e da história individual. Enfatiza a importância dos processos de aprendizado. Seu conceito tem um significado mais abrangente, sempre envolvendo a interação social.

O método histórico crítico empreende um estudo original e profundo do desenvolvimento intelectual da criança, cujos resultados demonstram ser o desenvolvimento das funções psicointelectuais superiores a um processo absolutamente único. A esse respeito, concluiu Vygotsky:

Todas as funções psicointelectuais superiores se apóiam de dois modos no curso do desenvolvimento da criança: por um lado, nas atividades coletivas, com atividades sociais, isto é, com funções intersíquicas; por outro lado nas atividades individuais, como propriedades do pensamento da criança, isto é, como funções intersíquicas (Vygotsky, 1998:22).

Do ponto de vista do conceito de aprendizagem, a importância dos estudos de Vygotsky é inquestionável, destacando sobre o problema da aprendizagem e do desenvolvimento intelectual na idade escolar. Critica as teorias que separam a aprendizagem do desenvolvimento, e conclui, afirmando que a concepção de aprendizagem resulta do confronto e da colaboração entre duas abordagens, e das correções a que se pode submetê-las conduzindo, inevitavelmente, à superação da dicotomia transmissão x produção do saber, porquanto essa concepção permite resgatar a unidade do conhecimento e a realidade concreta.

Segundo Vygotsky a *zona de desenvolvimento proximal* configura a distância entre o *nível do desenvolvimento do real*, determinado pela resolução de problemas de modo independente, sendo potencialmente, determinado pela resolução de problemas sob orientação de adultos ou em colaboração com companheiros mais capacitados.

Considerações finais

Concluiu-se, através desse estudo monográfico que a escola pública ainda não é destinatária das atenções necessárias, para que se fortaleça, em sua função de preparar o educando para o domínio real da leitura, da escrita, do cálculo matemático, assim como dos códigos sociais e outras informações indispensáveis à formação, à realização profissional e ao exercício da cidadania. Enfim preparar para a vida.

Torna-se necessário garantir que todas as escolas públicas tenham a sua filosofia direcionada para a população menos favorecida e que se dediquem a uma ação significativa para o atendimento dessa classe de modo a contribuir para que esta camada pauperizada da sociedade atinja predominantemente um bom desempenho escolar.

Para tanto, torna-se imprescindível que ocorra por parte da classe pobre estudantil uma compreensão maior de como as relações sociais se dão no mundo capitalista, globalizado, moderno, fazendo-se necessário construir uma escola unitária e orgânica, para que todos possam se organizar coletivamente e pensar estratégias democráticas.

Diante da atual situação os educadores devem ter consciência da tipologia do alunado que estão formando. Que perfil de homem precisam formar? Que sociedade? Que mundo? É necessário ter consciência do tempo e do espaço que se dispõe em sala de aula e o que pode ser feito para possibilitar o desenvolvimento das potencialidades de seus alunos, com atividades que abranjam aspectos cogniti-

vos, afetivos e psicomotores; na busca de hábitos, atitudes e valores para o domínio do conhecimento, despertando-lhes o gosto pela leitura, a curiosidade pelas ciências a serem aplicadas em busca da melhoria da qualidade de vida e o respeito pela mãe natureza.

O educador precisa ter a compreensão de suas limitações para que não seja demasiadamente utópico, nem ingênuo em pensar que a educação constitui uma alavanca do mundo, a solução para todos os problemas.

De fato, torna-se urgente que a Educação de Jovens e Adultos venha a cumprir sua função social, como elemento mediador entre jovens, adultos e a sociedade. Há que se pensar em uma educação como instrumento de formação de uma nova consciência, capaz de situar esses alunos no contexto em que estão inseridos.

Com efeito, muitas medidas serão necessárias para melhorar a qualidade de ensino do EJA.

Quanto aos professores do EJA, poderia ser viabilizado a formação continuada, possibilitando melhor desempenho em seu contexto pedagógico onde o Estado e/ou Município, ofereceriam a possibilidade de ascensão funcional e melhores salários.

Vislumbra-se necessário interceder, junto às autoridades educacionais, seja no âmbito estadual ou municipal, no sentido de melhorar e aparelhar as escolas públicas, dotando-as de infra-estrutura.

O EJA deveria ser colocado no centro das políticas dedicadas à superação da dependência e do subdesenvolvimento aliada a uma política científica e tec-

nológica consistente a favor do bem estar da humanidade. É importante que o EJA seja reconhecido socialmente e não somente reproduza, um ensino regular de maneira inadequada.

Torna-se imprescindível repensar a proposta metodológica do EJA:

- Compreensão da vida moderna em seus diversos aspectos, sobretudo, o posicionamento crítico do indivíduo face à realidade;
- Propiciar o acesso ao conhecimento socialmente produzido;
- Possibilitar a compreensão da língua nacional, o domínio dos símbolos e das operações matemáticas básicas, dos conhecimentos essenciais, ler e escrever corretamente, e o acesso aos meios de produção cultural, entre os quais lazer, arte, comunicação e esporte;
- Integrar processos educativos desenvolvidos em múltiplas dimensões: a do conhecimento das práticas sociais, do trabalho, do confronto de problemas coletivos e da construção da cidadania.

Bibliografia

DURANTE, Marta. Alfabetização de Adultos – Leitura e Produção de Textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FÉRRER, Francisco Adegildo; SOUZA, Maria Carmen de. Metodologia da Pesquisa. 2ª edição. Fortaleza: UVA, 2001.

FREIRE, Paulo. Conscientização. Teoria e Prática da Libertação – Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Editora Moraes Ltda., 1980.

_____ **livro 2**

_____ **livro 3**

GADOTTI, Moacir (org.). Educação de Jovens e Adultos - A experiência do MOVA-SP. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1996.

MOURA, Tânia Maria de Melo. A Prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 1999.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Analfabetos na sociedade letrada: diferenças culturais e modos de pensamento. São Paulo: Travessia, 1992.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete Lições sobre Educação de Adultos. 2ª edição. São Paulo: Autores Associados, 1984.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento na Idade Escolar. In **VYGOTSKY, LURIA & LEONTIEV (Org.) Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem.** São Paulo, Ícone, 1988.

ANEXOS

ANEXO 1

Entrevista com a professora(nome não declarado a seu pedido)

Formação: Pedagoga

1) Qual a importância de ensinar jovens e adultos?

R: Tudo no ensino do adulto é importante o resgate da auto-estima a troca de experiência, a esperança de melhorias, uma vez que o estudo nos renova, nos faz sentir mais vivos é útil. E todo este sentimento é recíproco, não só por parte do aluno, como também do professor. A medida que o aluno se interessa, questiona, busca respostas para as suas dúvidas, ele estimula o professor a se atualizar.

2) Existe diferença entre alfabetizar crianças e jovens e adultos? Justifique.

R: A diferença é que o adulto por ter consciência do tempo perdido, tem mais interesse.

3) Desde quando foi incluído a EJA em sua escola?

R: Apenas há um ano.

4) Como é feito o Planejamento para a EJA?

R: O planejamento é feito com o professor e a supervisora ou coordenadora pedagógica e uma vez por mês acontece um encontro com as escolas que têm a o programa da EJA.

5) Como é feita a avaliação desses alunos?

R: A avaliação é feita de maneira progressiva e contínua através de atividades na própria sala de sala.

6) Aluno que não acompanha o conteúdo, como é feito o acompanhamento deste? E por quem?

R: O aluno que não acompanha o conteúdo, é trabalhado com atividades de reforço, dependendo da etapa da EJA que cursa.

7) Quais os recursos didáticos utilizados para facilitar o aprofundamento do conteúdo?

R: Dependendo da aula, usamos: jogos, vídeo, livros, mapas, enfim, depende do conteúdo, embora às vezes se use apenas o quadro e o giz.

8) Quais os conteúdos trabalhados na EJA?

R: A EJA I trabalha principalmente a leitura e a escrita, pois ela destina-se a alfabetizar, as outras disciplinas são trabalhadas de maneira contextualizada e interdisciplinar.

9) Que contribuição o ensino da EJA dar em relação a cidadania desse aluno?

R: A EJA estimula o aluno a lutar pelos seus direitos e conhecer seus deveres, resgata a auto-estima, faz o aluno mais ciente da sua participação como pessoa na sociedade. Faz com que ele tenha consciência do que seja ser "Cidadão".

ANEXO 2

Entrevista com a aluna: (nome não declarado a seu pedido)

Idade: 42 anos Natural de Senador Pompeu -CE.

Est. Civil: Casada, mãe de 04 filhos.

Profissão: Empregada doméstica desde os 13 anos de idade.

1. Você já tinha estudado antes de fazer esta etapa da EJA? Até que série?

R: Não. Por ser uma pessoa do interior sempre trabalhei em casa de família, dos 13 até os vinte e cinco anos de idade. Depois vim com a mesma família para Fortaleza e muito me ofereceram estudos e nem tive interesse em procurar. Só que no fundo eu era envergonhada por não saber ler. Pois nunca tinha tirado meus documentos por vergonha de não saber escrever meu nome.

2. O que levou você a procurar a escola?

R: A vontade e a necessidade de ensinar as tarefas de meus filhos.

3. Como se sente hoje, após 8 meses de escolaridade?

R: Muito feliz pois graças aos meus esforços, a ajuda dos colegas e o grande incentivo que nossa professora nos dá, já aprendi a escrever meu nome. Escrevo todo sem olhar e já tirei meus documentos, depois de velha mais consegui.

4. Como é seu relacionamento com a professora?

R: Muito bom. Ela é maravilhosa com todos. Nos dar força e faz com que a gente acredite que somos capazes.

5. Como você se sente ajudando ou sendo ajudado pelo seu colega de sala?

R: Muito agradecida. Adoro os trabalhos em grupo. Aqueles que já aprenderam um pouco mais sempre estão dispostos a nos ajudar.

6 . Você já havia tentado estudar antes?

R: Uma única vez. A senhora lembra do MOBRAL? Pois bem, eu ainda estudei 2 meses. Só que fiquei mais burra ainda. É que os outros alunos da escola toda hora ficavam nos chamando de MOBRAL, burros e idiotas. Quando nos via na rua, gritavam: olha a MOBRAL! Fiquei muito chateada; eu e muitas outras colegas abandonamos o curso. E foi só.

7. Qual a sua maior dificuldade?

R: Minha maior dificuldade é conhecer as letras “o alfabeto”, até hoje troco algumas quando vou ler e escrever como o “p” pelo “b”, o “m” pelo “n” o “c” pelo “s”, e assim vai. Mais já consigo ler devagarinho soletrando.

ANEXO 3

Entrevista com o aluno: (nome não declarado a seu pedido)

Idade: 47 anos Natural de Fortaleza - CE.

Profissão: Auxiliar de almoxarife. Trabalho atual: já a 12 anos numa empresa ...

1. Você já tinha estudado antes da EJA? Até que série?

R: Sim. Estudei durante 9 anos até os 15 anos de idade. Só que nunca quis nada, achava estudo uma bobagem. Pois já sabia escrever meu nome e contar dinheiro que iria precisar de mais? Durante esses nove anos os professores foram me passando de ano e cheguei a 5ª série, mais tudo que sabia era escrever meu nome. Resolvi abandonar os estudos de vez e fui trabalhar.

2. O que levou você a voltar a escola?

R: Aos meus 28 anos me casei, sou pai de três filhos. Minha esposa é auxiliar de enfermagem. Com o casamento vim conhecer e adquirir responsabilidade de um dono de casa. O principal motivo foi pela necessidade no trabalho. Por falta de estudo já perdi várias oportunidades de melhorar de cargo e salário. No último, este que estou, comecei como serviços gerais há 10 anos sou almoxarife, mais se tivesse estudo seria no mínimo um supervisor.

3. Como se sente hoje, após 8 meses de escolaridade?

R: Vejo que ainda há possibilidade de almejar um futuro melhor. Estou lutando e vou conseguir. Aprendi em oito meses o que não aprendi em nove anos. Sou um homem novo, lutando pelos meus objetivos e sei que vou alcançá-los. Sou o líder da sala, participo de todas as reuniões com a diretoria e com a Regional sobre as programações da EJA.

Como é seu relacionamento com a professora?

R: Maravilhoso. Ela é mãe, irmã, uma excelente professora. Nos incentiva dia – a – dia. Acredita em nós e no que nós somos capazes de melhorar na nossa escola e em nossas vidas.

4. Como você se sente ajudando ou sendo ajudado pelos seus colegas de sala?

R: Muito bem. A professora fala que eu ajudo mais, pois já sou alfabetizado. Costumo falar para ela que é um prazer ajudar meus colegas em suas dificuldades. Mais quando estou ensinando estou também aprendendo e recebendo informações, que me ajudam a melhorar tanto meu vocabulário, como minha leitura.